

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Sexta-feira Santa

Como é tradição para o vereador Marcelo Gastaldo (PTB), ele irá participar da encenação da Paixão de Cristo, hoje, da Paróquia Santa Rita, no Cecap. Este é o nono ano de participação do parlamentar no ato. A encenação terá início às 18h, na escola Adelinho Brandão, no mesmo bairro, e percorrerá as ruas da comunidade até chegar à igreja.

Dia de trabalho

O Paço Municipal de Jundiá fechou as portas no final da tarde de ontem (13) para o feriado prolongado da Páscoa. Porém, para o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), o gestor da Unidade de Gestão de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, e o deputado federal Miguel Haddad (PSDB), a quinta-feira foi de muito trabalho. Os três se reuniram no Paço para discutir captação de recursos federais para infraestrutura na cidade.

Viagem a Brasília

O resultado do encontro na Prefeitura de Jundiá, ontem, foi a definição de uma viagem a Brasília, no próximo dia 26, com reunião agendada no Ministério das Cidades. O foco é conseguir verbas para a conclusão das obras das alças da Anhangüera, saneamento e mobilidade. Segundo o gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, "os recursos são para projetos importantes na cidade".

Cursos técnicos

Os vereadores de Itupeva aprovaram projeto de lei para criação de salas descentralizadas de cursos técnicos do Centro de Educação Técnica Paula Souza. A princípio, serão 40 vagas para este ano e, até 2018, 120. A cidade, em janeiro de 2015, anunciou a construção de uma ETEC com capacidade para 1 mil vagas e previsão de início de aulas já no final do ano passado.

E a obra?

A obra da ETEC Itupeva, de mais de 6 mil metros quadrados e projeto realizado pelo renomado arquiteto Ruy Ohtake, não foi para frente. O projeto era ambicioso. Com terreno de mais de 30 mil metros quadrados para construção, ainda era projetado para o local um polo educacional denominado Paulo Freire. A obra da ETEC era orçada em mais de R\$ 10 milhões e foi oficialmente lançada em julho do ano passado.

Detetives

A profissão de detetive particular agora é reconhecida por lei. A lei 13.432/2017 foi sancionada esta semana e publicada com uma série de vetos no Diário Oficial da União do dia 12. Neste sentido, será considerado detetive particular o profissional que, por conta própria ou na forma de sociedade civil ou empresarial, colete dados e informações de natureza não criminal, para o esclarecimento de assuntos de interesse privado do cliente.

ORÇAMENTO

Com dívida herdada de R\$ 92 mi e trimestre negativo de R\$ 80 mi, administração faz cortes e quer desperdício zero

Ajuste fiscal na prefeitura visa equilíbrio até final do exercício

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Cortar, reduzir e equacionar são palavras de ordem para todas as unidades de gestão do governo de Luiz Fernando Machado (PSDB), em Jundiá, para equilibrar as contas e dívidas herdadas da administração anterior, no valor de R\$ 92 milhões. Após 100 dias e ao menos R\$ 13,5 milhões economizados, o orçamento da cidade está negativo em R\$ 80 milhões. O objetivo é conseguir fechar o ano 'no azul' - sem deixar de atender à população - para então, focar em novos investimentos.

O orçamento estimado na gestão passada foi de R\$ 2,1 milhões, uma ampliação de 10% em relação ao ano anterior. Porém, nos três primeiros meses de 2017, a queda na arrecadação foi próxima do índice estimado de crescimento. O primeiro trimestre fechou com rombo de R\$ 80 milhões. "O orçamento foi superestimado. Herdamos uma dívida de R\$ 92 milhões de restos a pagar sem disponibilidade de caixa para sua quitação, entre salários atrasados, férias, contribuições do Ipreju, coleta de lixo, zeladoria da cidade, remédios, subsídio do transporte público, entre



GOVERNO E FINANÇAS Gestor José Antonio Parimoschi afirma que a meta deste governo é reorganizar o orçamento de 2017

tantos outros serviços e fornecimentos. Os pagamentos estavam sendo realizados fora da ordem cronológica prevista na lei de licitações. É preciso agir com austeridade daqui para frente, diante do cenário econômico restritivo. Não podemos assumir compromissos que não sejam passíveis de serem cumpridos. Mas temos que buscar soluções para superar essa crise e retomar a capacidade de investimento do município", explica o gestor da Unidade de Gestão de Governo

e Finanças, José Antonio Parimoschi.

Medidas

A principal economia feita até agora foi a redução no número de cargos comissionados. O corte de 28% foi derivado da reforma administrativa, feita com o apoio do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Até o ano passado existiam 451 cargos comissionados e agora são 324. No ano deixarão de sair dos cofres de Jundiá R\$ 10 milhões. Os outros R\$ 3,5 milhões já econo-

mizados são provenientes de ajustes e renegociações de contratos com fornecedores. "Temos que fechar o ano com equilíbrio fiscal. Para isso, é necessário fazer ajustes fiscais, cortes e arrocho sem deixar faltar na ponta, que é a população. Essa economia será redirecionada para reforçar a prestação de serviços nas áreas de saúde, transporte e educação, entre outros", explica Parimoschi.

Do montante da dívida, cerca de 80% já foram negociados ou estão sendo pagos

(cerca de 3 mil credores receberão seus débitos até julho). Na ordem dos pagamentos, foram priorizados o salário e o vale-alimentação dos servidores públicos, bem como os convênios que garantem o funcionamento do Hospital São Vicente de Paulo (HSV) e o Hospital Universitário (HU).

A prefeitura ainda está em fase de conclusão do Programa Desperdício Zero, que tem como objetivo reduzir despesas de funcionamento da máquina administrativa, envolvendo o monitoramento de resultados ao utilizar técnicas que medem a relação custo/benefício dos serviços. O Programa, segundo Parimoschi, terá sua execução avaliada e supervisionada por um comitê gestor que será criado para acompanhar os resultados, denominados de "guardiões da economia".

Segundo o gestor, existe estudo, por exemplo, para redução de consumo e de custo de energia. A compra poderia ser feita pelo mercado livre, que resultaria num desconto de 20% no preço. "É meta deste governo reorganizar o orçamento de 2017, que está todo desestruturado por políticas erráticas da administração anterior e alcançar o equilíbrio orçamentário até o final deste exercício", diz o gestor.

COM A ODEBRECHT

Em vídeo, Temer diz que jamais tratou de 'negócios escusos'

O presidente Michel Temer decidiu se defender publicamente das acusações de que comandou uma reunião, em 2010, para acertar o pagamento de US\$ 40 milhões de propina para o PMDB, conforme relataram executivos da Odebrecht.

O peemedebista gravou um vídeo na tarde desta quinta-feira (13), em que contesta as delações e diz que jamais tratou de "negócios escusos" da empreiteira. Na gravação de pouco mais de um minuto, Temer confirma que participou do encontro, em 2010, com um executivo da Odebrecht, mas que não negociou pagamento de valores a seu partido.

"Eu não tenho medo dos fatos, nunca tive, o que me causa repulsa é a mentira. É

fato que participei de uma reunião em 2010 com um representante de uma das maiores empresas do País. A mentira é que nessa reunião eu teria ouvido referência a valores financeiros ou a negócios escusos da empresa com políticos. Isso jamais aconteceu", afirma Temer.

Ainda na gravação, o presidente diz que jamais colocaria sua biografia em risco e que "o verdadeiro homem público tem que estar à altura de seus desafios, que envolvem bons momentos e momentos de profundo desconforto".

Temer também avalia preparar uma campanha publicitária mais ampla, específica para proteger sua imagem diante da crise gerada pelas delações. O presidente deve se reunir com auxiliares na próxima

semana para tomar uma decisão sobre o tema.

Inicialmente, a ideia era que Temer não se pronunciasse sobre as delações tornadas públicas esta semana pelo STF (Supremo Tribunal Federal), para evitar que a crise se instalasse em seu gabinete.

Auxiliares, entretanto, reconheceram que o relato que envolve diretamente o presidente é grave, especialmente por se tratar de um valor substancial, de US\$ 40 milhões, com potencial para desgastar ainda mais a imagem do peemedebista.

Eles avaliaram que Temer precisaria fazer uma defesa enfática para demonstrar confiança, apontar incoerências na narrativa do delator e evitar que as acusações contra ele se cristalizem. (Folhapress)

SEGUNDO DELATOR

Serra teria recebido R\$ 4,6 mi referentes a obras do metrô

Diretor de contrato das obras de extensão da linha 2-Verde do metrô de São Paulo, o ex-executivo da Odebrecht Fabio Gandolfo relatou em sua delação premiada o pagamento de R\$ 4,6 milhões ao senador José Serra (PSDB-SP) em 2004. O montante se refere ao lote dois da obra.

Naquele ano, o tucano foi eleito prefeito da capital paulista. O valor fazia parte

de um acordo firmado com a Odebrecht em que a empresa se comprometeu a repassar 3% do valor do contrato da linha 2 ao codinome 'Careca' para gastos em futuras campanhas políticas", disse o delator.

"Uma vez o Romildo [Romildo José dos Santos, então funcionário da Odebrecht em São Paulo], quando começou o contrato da linha 2, veio dizendo que tinha um

compromisso da empresa com uma pessoa e que a gente deveria pagar 3%, mas não seriam pagamentos regulares, mensais. Seriam pedidos à medida que fossem necessários. Foi dado o codinome a essa pessoa de 'Careca', contou Gandolfo.

Questionado pelos procuradores se "compromisso" era sinônimo de propina, o ex-executivo respondeu: "propina, propina". (Folhapress)

EM DINHEIRO

Assessor de Palocci sacava até R\$ 1 mi

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro tornado público nesta quarta (12), o delator Fernando Migliaccio, que gerenciava o pagamento de propinas pela Odebrecht, afirmou que um assessor do ex-ministro Antonio Palocci fazia saques de até R\$ 1 milhão em dinheiro vivo no seu escritório.

"Ele ia na minha sala, abria a mochila... E eu entregava em espécie. Foram tantas vezes que eu não posso precisar, mas nunca menos de um milhão", afirmou Migliaccio. "Dependendo das notas, cabe até uns R\$ 2 mi ou 3 milhões numa mochila."

O assessor, Branislav Kontic, preso na Operação Lava Jato, fazia os saques por ordem de Palocci, segundo relataram Migliaccio e outros delatores da Odebrecht.

Os pagamentos eram descontados do saldo que o ex-ministro tinha junto à empreiteira, relatado na planilha "Programa Especial Italiano", assim como de um saldo do ex-presidente Lula, apelidado de "Amigo" nessa mesma planilha.

O destino dos valores, porém, é desconhecido dos delatores.

"O que saía do Programa B [como eram chamados os saques de Kontic] era basicamente em espécie. Então, eu não posso afirmar para onde é que ia", disse o herdeiro do grupo, Marcelo Odebrecht. "Ti-

na saques em espécie que Palocci pedia para eu descontar do saldo 'Amigo'. Mas não tenho como comprovar [que os valores foram para o petista]."

Segundo Marcelo, as propinas eram uma forma de manter um "relacionamento" com o PT e a presidência, na época comandada pelo partido.

Em troca, Palocci atuava como um interlocutor da Odebrecht com o governo federal, e intercedia em favor da empresa em determinadas situações.

Outro lado

O advogado de Branislav Kontic, José Roberto Batochio, afirmou que o assessor prestará depoimento na semana que vem, e que irá, na ocasião, comentar as acusações.

"A defesa não quer se antecipar", declarou.

O defensor, que também é advogado de Palocci, disse que o ex-ministro sempre negou ter intermediado pagamentos ilícitos na Odebrecht, e que cumpriu apenas seu papel de interlocução com empresários à frente da pasta da Fazenda.

O ex-presidente Lula afirma que nunca pediu valor indevido à Odebrecht nem "a qualquer outra pessoa". "Lula não tem nenhuma relação com qualquer planilha na qual outros possam se referir a ele como 'Amigo'", diz a nota enviada pelo Instituto Lula. (Folhapress)